

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 365**

Período: 20/02/2010 – 26/02/2010

GEDES – Brasil

- 1- Medida tutelar antecipada determina identificação de ossadas encontradas em cemitério da cidade de São Paulo
- 2- Marinha resgata 64 ocupantes de veleiro naufragado
- 3- Brasil poderá coordenar logística de operação de salvamento de refém das Farc
- 4- Brasil apresenta projeto de construção de usina hidrelétrica no Haiti
- 5- Plano Nacional de Direitos Humanos causa novas discussões
- 6- Ministro da Defesa discute escolha dos caças do programa FX-2 com Secretário de Defesa norte-americano
- 7- Governo federal poderá ser o novo sócio da Avibrás
- 8- Projeto de lei pretende melhorar o acesso a documentos públicos
- 9- Encontrados em Santos documentos do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops)

1- Medida tutelar antecipada determina identificação de ossadas encontradas em cemitério da cidade de São Paulo

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as ossadas de corpos de desaparecidos políticos vítimas da repressão no período do regime militar (1964-1985) que foram encontradas na vala comum do cemitério de Perus, na cidade de São Paulo, deverão ser identificadas pela União Federal e pelo governo do estado de São Paulo através de exames de DNA. As primeiras ossadas de desaparecidos políticos foram encontradas no cemitério Dom Bosco, em setembro de 1990, quando se iniciou um processo de identificação, mas este foi interrompido em 1993. A atual determinação foi feita pela Justiça após análise de ação civil pública proposta em 2009 pela Procuradoria da República em São Paulo, a qual acusava a União e o estado de demorarem na identificação dos corpos, além de alegar falta de apoio do governo federal à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. O juiz da 6ª Vara Cível da Justiça Federal em São Paulo, João Batista Gonçalves, que expediu a ordem, mas ainda não julgou a ação, concedeu uma medida tutelar antecipada, explicando que "é necessário que os corpos sejam individualizados, recebam ofícios religiosos e, com a dignidade que merece todo ser humano, sejam encaminhados à sepultura definitiva. Enfim, é preciso virar essa constrangedora página da vida política brasileira". Dentro de 180 dias o estado de São Paulo e a União deverão examinar as ossadas e cumprir a ordem judicial. A União ainda terá que fornecer ao órgão um secretário executivo exclusivo, equipes de pesquisas com legistas, médicos e dentistas, profissionais nas áreas de antropologia, geologia e arqueologia, especializados no exame de ossadas, além do orçamento de 3 milhões de reais. A *Folha* divulgou ainda que a Advocacia-Geral da União (AGU), responsável pela defesa judicial da União, informou que não foi oficialmente informada sobre a concessão da tutela antecipada no processo, assim como a

Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/02/10)

2- Marinha resgata 64 ocupantes de veleiro naufragado

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* informaram que a Marinha brasileira efetuou o resgate de 23 tripulantes e 41 estudantes do navio-escola canadense *Concórdia*, que naufragou a cerca de 300 milhas náuticas (555,6 quilômetros) do litoral do Rio de Janeiro no dia 18/02/10. O acidente ocorreu em águas internacionais, porém, em área de socorro sob responsabilidade do Brasil, que se estende até 900 milhas náuticas (1.666 quilômetros). A Força foi informada pelo 1º Distrito Naval sobre um sinal de emergência emitido pela embarcação e procedeu com o envio da fragata *Constituição*, com um avião a bordo e um rebocador, além de pedir que a Força Aérea Brasileira (FAB) sobrevoasse a área. Todos os 64 ocupantes do veleiro, que saiu de Recife rumo a Montevideu quando ocorreu o acidente, foram salvos e auxiliados também por outras três embarcações mercantes que passaram pelo local. Suspeita-se que o motivo do naufrágio tenha sido os fortes ventos e as ondas que atingiram a área. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/02/10; *Jornal do Brasil* – Tema do Dia – 20/02/10; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 20/02/10; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 21/02/10)

3- Brasil poderá coordenar logística de operação de salvamento de refém das Farc

Conforme noticiaram o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército brasileiro poderá organizar a logística da operação de resgate do soldado colombiano Pablo Emilio Moncayo, que foi preso pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em dezembro de 1997, durante um ataque ao Exército daquele país. Moncayo é considerado um dos reféns mais antigos das Farc, a qual prometeu libertá-lo juntamente com o soldado José Daniel Calvo nos próximos dias. A logística poderá ficar a cargo do Brasil, cuja participação foi aprovada pelas Farc e pelo governo colombiano, já que, em 2009, o papel do Brasil foi considerado essencial e discreto, quando cedeu dois helicópteros e uma equipe militar para resgatar seis reféns na selva colombiana. (*Jornal do Brasil* – Internacional – 21/02/10; *O Estado de S. Paulo* – Internacional – 21/02/10)

4- Brasil apresenta projeto de construção de usina hidrelétrica no Haiti

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o Brasil pretende receber a aprovação do presidente haitiano René Préval para construir uma usina hidrelétrica no Haiti, que deverá custar aproximadamente 150 milhões de dólares e terá autonomia para atender no mínimo 600 mil pessoas. O projeto, apresentado ao presidente haitiano pelo chefe do Instituto de Engenharia do Exército, general José Rosalvo Leitão de Almeida, teve como base estudos do Exército brasileiro que avaliaram a viabilidade e atualizaram o plano completo de construção da barragem. De acordo com o jornal, o trabalho poderá auxiliar o Brasil a assumir a liderança nos esforços internacionais de reconstrução do Haiti, após a destruição causada pelo terremoto ocorrido em janeiro de 2010.

Desde o incidente, o Brasil defende que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) tenha seu status alterado de “imposição da paz” para “reconstrução”, o que faria com que as medidas de segurança fossem combinadas com ações estruturais— proposta que foi rejeitada pelo representante da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, Edmond Mulet. O Brasil lidera o contingente militar da Minustah desde o início da missão, em 2004, e pretende enviar ao Haiti mais 900 militares no mês de abril, para reforçar o atual contingente, que conta com 1.266 soldados. O país ainda defende a extensão do mandato da Minustah, que terminaria em 15/10/10, por mais cinco anos. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o assessor especial para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, estão com viagem marcada para a capital haitiana, Porto Príncipe, dia 25/02/10, ocasião na qual se espera que Préval já tenha tomado a decisão sobre a nova usina. A visita coincide com o momento em que as tropas brasileiras enfrentam um aumento da violência, especialmente na região do bairro Cité Soleil, na capital, bem como manifestações populares de descontentamento com a demora na distribuição de lonas e barracas aos sobreviventes do terremoto, pois as chuvas tem piorado a situação dos desabrigados. Durante a viagem, Lula deve anunciar ainda o valor de 375 milhões de reais em doações ao Haiti, além da criação de frentes de trabalho e fundação de escolas técnicas. O *Jornal do Brasil* destacou que no dia 23/02/10 Jobim reuniu-se com o secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, e afirmou que existe na América Latina uma desconfiança em relação aos Estados Unidos, especialmente devido o tratamento estadunidense dispensado à Cuba, e que "A cooperação dos EUA nos esforços de recuperação e reconstrução do Haiti é uma boa maneira de desenvolver esta confiança. Precisamos ver atos concretos". Entretanto, Gates declarou que a partir de abril as tropas de seu país começarão a se retirar do Haiti. (*Jornal do Brasil – Internacional – 24/02/10*; *Estado de S. Paulo – Internacional – 21/02/10*; *O Estado de S. Paulo – Internacional – 25/02/10*)

5- Plano Nacional de Direitos Humanos causa novas discussões

O jornal *O Estado de S. Paulo* destacou que o Secretário Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, criticou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, colocando em dúvida a existência da crise militar de dezembro de 2009 desencadeada pelo lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Vannuchi declarou em palestra proferida em São Paulo que tem dúvida sobre a existência das cartas de demissão apresentadas pelos comandantes das Forças Armadas, e ainda questionou: "Foram os militares que pressionaram Jobim? Ou foi ele que pressionou os militares para se solidarizarem com ele?". O ministro dos Direitos Humanos lembrou outros momentos nos quais julga que houve intervenção indevida por parte de Jobim, como no caso da criação da comissão militar para realizar as buscas de corpos de mortos e desaparecidos na região da Guerrilha do Araguaia, em abril de 2009, e a posição do ministro da Defesa em relação ao texto da Comissão da Verdade, na qual insistiu para a retirada da expressão "no contexto da repressão política". Nos dois casos, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, interveio e solucionou a crise com medidas intermediárias. Vannuchi ainda disse que o Brasil precisa conhecer melhor o pensamento das Forças

Armada, pois "Ainda não sabemos qual a transição que as Forças Armadas fizeram, ou não, para o pensamento democrático constitucional". O *Jornal do Brasil* destacou que as declarações causaram mal estar nos setores governamentais e, como o presidente Lula estava em viagem ao exterior, espera-se que após seu retorno ocorra alguma tentativa de acerto. Em coluna opinativa publicada no mesmo jornal, no dia 22/02/10, o juiz de direito e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Eduardo Oberg, argumentou que o PNDH causou grande divergência entre as Forças Armadas e o Secretário Nacional de Direitos Humanos e setores da sociedade civil, pois, enquanto os militares mostraram-se descontentes com a Comissão Nacional da Verdade e uma possível revisão da Lei da Anistia, os civis defenderam o direito dos cidadãos de terem conhecimento dos fatos ocorridos durante o regime militar (1964-1985). Segundo o juiz, o Brasil necessita buscar uma maneira de resolver a questão dos crimes ocorridos durante tal período, sem tons revanchistas, de maneira democrática, a fim de "acertar as contas" com a história e preservar a memória política para as próximas gerações. Para tanto, Oberg afirma que é preciso seguir os exemplos do Chile e da Argentina, que estão resgatando tais questões da melhor forma possível. O juiz concluiu que o Brasil precisa descobrir quem praticou violações aos direitos humanos e abusou do poder e onde estão localizados os corpos desaparecidos dos perseguidos políticos, o que somente será possível através de um acordo nacional, que leve em conta a necessidade de se fazer justiça, a fim de consolidar a democracia. (Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 22/02/10; Jornal do Brasil – País – 25/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/02/10)

6- Ministro da Defesa discute escolha dos caças do programa FX-2 com Secretário de Defesa norte-americano

Segundo os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, disse no dia 23/02/10 ao secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, que "Há uma preferência política por comprar os caças da França, mas a decisão depende de elementos técnicos e políticos no sentido de capacitação nacional. O Brasil vai fazer o que mais lhe convém", referindo-se aos 36 caças que serão adquiridos para o programa FX-2, indicando que ainda existe possibilidade do modelo F-18, fabricado pela empresa estadunidense Boeing, ser escolhido. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já declarou preferência pelo caça modelo Rafale, da empresa francesa Dassault, o que incomodou as concorrentes Boeing e Saab e fez com que o Ministério da Defesa declarasse que a decisão final ainda não foi tomada. Jobim afirmou que a escolha deve ocorrer dentro do prazo de um mês, após emitir seu parecer a Lula, que também consultará o Conselho de Segurança Nacional e decidirá qual o caça vencedor. O ministro brasileiro destacou a transferência de tecnologia como um fator decisivo e ironizou a falta de clareza da proposta estadunidense, referindo-se à carta enviada pela secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, ao chanceler Celso Amorim, na qual se detalhava que o governo americano concordava em compartilhar somente "tecnologias necerrárias". Jobim disse então que está analisando o que significa "esses adjetivos" na proposta norte-americana.

(Jornal do Brasil – Internacional – 24/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/02/10)

7- Governo federal poderá ser o novo sócio da Avibrás

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo federal poderá se tornar sócio da principal empresa de produtos militares do país, a Avibrás Aeroespacial, sediada em São José dos Campos, estado de São Paulo. Espera-se que a primeira parceria público-privada no setor de defesa brasileiro seja anunciada em abril de 2010. A empresa terá participação do sistema financeiro da União na proporção de 15% a 25%, por meio da conversão das dívidas, como estabelece a Lei 11941/09, e portanto não haverá aporte direto de dinheiro. Desde julho de 2008 a Avibrás está em processo de recuperação judicial; no entanto, o valor do processo, cerca de 500 milhões de reais, foi superado pelo contrato para o fornecimento de baterias, munições e equipamentos de apoio do lançador de foguetes Astros-II para o governo da Malásia. De acordo com o presidente da Avibrás, o engenheiro Sami Hassuani, as contas estão todas em dia e o faturamento do grupo, formado por quatro unidades acomodadas em duas instalações, está crescendo, podendo chegar a vender 1,4 bilhão de reais por ano para seus principais mercados, Oriente Médio e Ásia, e expandir seus negócios para América Latina e África. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/02/10)

8- Projeto de lei pretende melhorar o acesso a documentos públicos

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, receberá no dia 02/03/2010 a versão final do Projeto de lei 5228, que trata do acesso a informações mantidas em poder da administração pública nos âmbitos federal, estadual e municipal. A principal alteração no projeto refere-se ao prazo de 25 anos para a divulgação dos documentos considerados ultrassecretos, que poderá ser prorrogado uma única vez pelo mesmo período. Na proposta original, o prazo para a divulgação dos documentos classificados como ultrassecretos poderia ser renovado ilimitadamente. De acordo com o jornal, os arquivos ultrassecretos referem-se, em sua maioria, a temas de política externa, tais como a Guerra do Paraguai (1864–1870), a construção da hidrelétrica de Itaipu e debates sobre a definição das fronteiras brasileiras. Segundo o deputado federal José Genoíno, a alteração da lei significa um avanço, e "a maior resistência à mudança veio do Itamaraty". Para organizações não-governamentais ligadas à área, tal mudança representa um avanço, mas isoladamente não é o bastante para garantir o acesso à informação, pois o mais importante não são os prazos, e sim a classificação dos documentos, que devem ser revistas permanentemente. Genoíno afirmou que, segundo o projeto de lei, os arquivos que versam sobre temas de direitos humanos deverão ser liberados imediatamente, pois não poderão ter nenhuma classificação de sigilo. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/02/10)

9- Encontrados em Santos documentos do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops)

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foram localizados no Palácio da Polícia, em Santos, cidade do litoral paulista, fichas e prontuários do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops-SP), os quais serão encaminhados pelo Departamento de Polícia de Interior de São Paulo (Deinter) ao Arquivo Público do Estado. De acordo com o delegado assistente Fabiano Genofre, os materiais foram descobertos quando a sala onde estavam foi ocupada por funcionários da área de comunicação. No entanto, Genofre não soube dizer qual o conteúdo dos documentos encontrados. De acordo com o *Estado*, o Arquivo Público afirmou que não recebeu informação oficial sobre os materiais localizados, porém o Deinter assegurou que convidará pesquisadores daquela instituição para avaliar os documentos. Rodrigo Rodrigues Tavares, mestre em história social, disse ao *Estado* que as informações contidas no arquivo podem ser extremamente importantes, uma vez que “Santos é uma cidade com o passado caracterizado pela agitação política”. De acordo com a *Folha*, estima-se que o arquivo contenha de 6000 a 9000 dõssies a respeito de sindicalistas, comunistas, guerrilheiros, políticos, padres e líderes estudantis, pois a cidade era um dos principais pólos dos movimentos anarquistas que atuavam no Brasil, e uma das bases do Partido Comunista Brasileiro. A Ordem dos Advogados do Brasil informou que pedirá ao Ministério Público que investigue por que os dossiês não foram entregues ao Arquivo do Estado em 1994, conforme determinado pelo então secretário da Cultura do governo de São Paulo, Ricardo Ohtake. Ainda segundo a *Folha*, dentre os documentos do arquivo do Deops em Santos foi localizado um bilhete escrito em código Morse, supostamente encontrado por dois pescadores e um funcionário público no morro dos Itatins, em Peruíbe. Na época, a autoria do bilhete foi atribuída pela polícia ao líder guerrilheiro Carlos Marighella (1911-1969); e com base nas informações contidas no bilhete a polícia criou uma estratégia de defesa, descrita em um documento de três páginas assinado pelo delegado Adalberto Dias de Almeida, o qual organizou um mapa com os supostos pontos que Marighella poderia atacar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 26/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/02/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações Internacionais);
Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará

(Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduado em História)